

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS – COSPM

Parecer nº 06 de 02 de dezembro de 2019.

Projeto de lei nº 081/2019 de 30 de setembro de 2019.

Vem a esta comissão, para parecer, o projeto em epígrafe, de autoria do Executivo Municipal.

No que tange à análise meritória da matéria, o artigo 50 do Regime Interno, conceitua da seguinte forma a competência da comissão permanentes de Obras e Serviços Públicos Municipais:

“Art. 50. Compete à Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais manifestar-se sobre toda matéria.

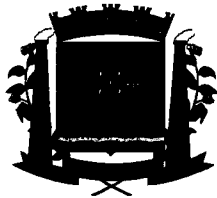
Parágrafo Único. Compete-lhe, ainda, a fiscalização do funcionamento dos serviços públicos municipais e de construção de obras públicas.”

Diante do projeto apresentado sobre o exercício financeiro de 2020 do Município de Ubá, averiguamos que o projeto Lei Orçamentária Anual - LOA – contemplou a construção de obras e fiscalização.

Foram destinados R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais) para o Orçamento Participativo/2020, R\$ 28.867.305,27 (vinte e oito milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e cinco reais e vinte sete centavos) para Secretaria de Obras sendo essa quantia distribuída para os seguintes setores: Divisão de Obras, Transporte e Oficina, Divisão de Saneamento Básico, Divisão de Engenharia e Arquitetura Pública.

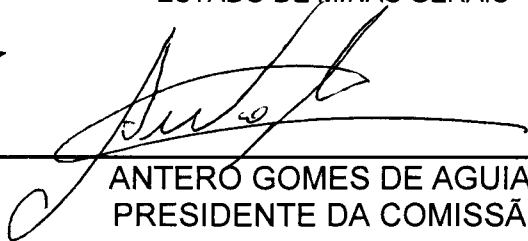
Assim, verifica-se que a matéria está adequada, portanto, esta comissão manifesta-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 081/2019.

Ubá, 02 de dezembro de 2019.



Câmara Municipal de Ubá

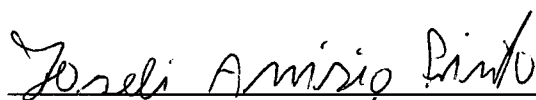
ESTADO DE MINAS GERAIS



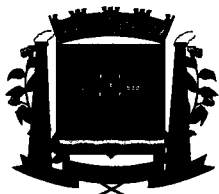
ANTERO GOMES DE AGUIAR
PRESIDENTE DA COMISSÃO



GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS
MEMBRO DA COMISSÃO



JOSELI ANÍSIO PINTO
MEMBRO DA COMISSÃO



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL - CPA

Parecer nº 01 de 02 de dezembro de 2019.

Projeto de lei nº 081/2019 de 30 de setembro de 2019.

Vem a esta comissão, para parecer, o projeto em epigrafe, de autoria do Executivo Municipal, com base no artigo 51 F I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII do Regime Interno que relata:

“Art. 51 F. Compete à Comissão de Proteção Animal realizar estudos e debates, bem como propor medidas relacionadas com:

I - gestão de animais sob a responsabilidade do poder público e vulnerabilidade dos animais acautelados;

II - utilização ética dos animais no ensino e na pesquisa;

III - bem-estar dos animais de produção e de prestação de serviços;

IV - guarda responsável e controle populacional de animais;

V - tráfico, convívio e exposição de animais silvestres e exóticos;

VI - gestão dos animais vagantes, semidomiciliados e dos animais sob a tutela de pessoas carentes;

VII - situação e papel das associações de proteção animal, ONGs e protetores independentes de animais;

VIII - epidemias e métodos de controle;

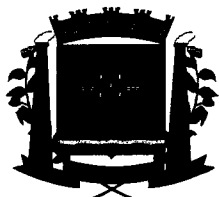
IX - políticas de educação, conscientização e incentivo à adoção responsável;

X - procedimentos sanitários e médico-veterinários;

XI - crimes contra animais;

XII - comercialização de animais domésticos;

XIII - quaisquer outros assuntos relacionados com a defesa e proteção dos animais.”



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Diante do projeto apresentado sobre o exercício financeiro de 2020 do Município de Ubá, averiguamos que foi destinado para o serviço de castração de animais de rua e da população carente o valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), para a manutenção do Canil Municipal o valor de R\$ 152.827,00 (cento e cinquenta e dois mil e oitocentos e vinte e sete reais) e para as obras do Canil Municipal o valor de R\$ 147.173,00 (cento e quarenta e sete mil e cento e setenta e três reais).

Pode-se verificar que o Executivo se atentou em atender os ditames constitucionais, já que indicaram verba para o funcionamento, abastecimento, medicação, veterinários e obras, o que proporcionará um bom tratamento aos animais de rua recolhidos ao Canil Municipal.

Ainda cabe ressaltar que na Lei Estadual 21.970/2016 artigo 1º, art. 3º I a, b e c, II, § 1º, § 2º e § 3º, determina as responsabilidades do Município:

“Art 1º A proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos no Estado serão realizados em conformidade com o disposto nesta Lei, com vistas à garantia do bem-estar animal e à prevenção de zoonoses.

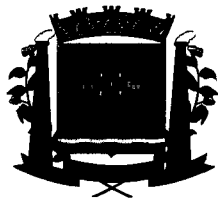
Art. 3º Compete ao município, com o apoio do Estado:

I - implementar ações que promovam:

- a) a proteção, a prevenção e a punição de maus-tratos e de abandono de cães e gatos;***
- b) a identificação e o controle populacional de cães e gatos;***
- c) a conscientização da sociedade sobre a importância da proteção, da identificação e do controle populacional de cães e gatos;***

II - disponibilizar processo de identificação de cães e gatos por meio de dispositivo eletrônico subcutâneo capaz de identificá-los, relacioná-los com seu responsável e armazenar dados relevantes sobre a sua saúde.

§ 1º As ações de que trata o caput



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

deste artigo poderão ser realizadas por meio de parceria com entidades públicas ou privadas.

§ 2º Compete ao Estado disponibilizar sistema de banco de dados padronizado e acessível que armazene as informações de que trata o inciso II do caput deste artigo.

§ 3º Compete ao responsável pelo animal proceder à identificação a que se refere o inciso II do caput deste artigo, nos termos definidos em regulamento.”

Portanto, a Comissão de Proteção Animal desta Casa Legislativa, após a análise do Projeto de Lei 081/2019, de origem do Poder Executivo, conclui que manifesta-se por sua aprovação plenária.

Ubá, 02 de dezembro de 2019.

JANE CRISTINA LACERDA PINTO
PRESIDENTE DA COMISSÃO

LUIS CARLOS TEIXEIRA RIBEIRO
MEMBRO DA COMISSÃO

GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS
MEMBRO DA COMISSÃO